#### Revista Filosófica de Coimbra

Publicação semestral do Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Director: Miguel Baptista Pereira

Coordenação Redactorial: Francisco Vieira Jordão † e António Manuel Martins

Conselho de Redacção: Alexandre F. O. Morujão, Alfredo Reis, Amândio A. Coxito, Anselmo Borges, António Manuel Martins, António Pedro Pita, Edmundo Balsemão Pires, Fernanda Bernardo, Francisco Vieira Jordão, Henrique Jales Ribeiro, João Ascenso André, Joaquim das Neves Vicente, José Encarnação Reis, José M. Cruz Pontes, Luísa Portocarrero F. Silva, Marina Ramos Themudo, Mário Santiago de Carvalho, Miguel Baptista Pereira

#### As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos Autores

#### Toda a colaboração é solicitada

#### Distribuição e assinaturas:

Fundação Eng. António de Almeida Rua Tenente Valadim, 331 P-4100 Porto Tel. 6067418; Fax 6004314

#### Redacção:

Revista Filosófica de Coimbra Instituto de Estudos Filosóficos Faculdade de Letras P - 3049 Coimbra Codex Tel. 25551/2: Fax 36733

#### Preço (IVA incluído):

Assinatura anual 1994: 3.000\$00 (Portugal) • 4.000\$00 (Estrangeiro) Número avulso: 1.700\$00 (Portugal) • 2.400\$00 (Estrangeiro)

REVISTA PATROCINADA PELA FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

### Revista Filosófica de Coimbra

ISSN 0872-0851

Publicação semestral

Vol. 3 • N.º 5 • Março de 1994

Artigos	
Miguel Baptista Pereira - Retórica, Hermenêutica e Filosofia	5
Marina Ramos Themudo - Ao Princípio era a Acção? Observações acerca das notas 611-660 das Philosophische Untersuchungen de Ludwig Wittgenstein	71
Maria Luísa Portocarrero F. Silva - Retórica e Apropriação na Hermenêutica de Gadamer	93
Ben Schomakers - The Blindness of Contemplation. On thinking according to Aristotle	121
Estudos Estudos	
Américo Lopes da Silva - Reencontro com Albert Camus	161
António Manuel Martins - Wallace e a Lógica da Descoberta científica em Galileu. A propósito da edição recente dos Tratados Lógicos de Galileu	187
Crónica	197
Ficheiro de revistas	211
Recensões	217

### REVISTA FILOSÓFICA DE COIMBRA

Ao perfazer o seu segundo aniversário, ensombrou-se de luto a Revista Filosófica de Coimbra com a morte inesperada do seu coordenador redactorial Doutor Francisco Vieira Jordão. Na sua vida breve mas já longa para morrer, ensinou na Faculdade de Letras Ontologia e Filosofia da Religião, investigou Bento Espinosa, como o primeiro especialista português na matéria, escreveu sobre temas variados, que vão do pensamento grego à análise da experiência mística, orientou seminários e acompanhou gerações de alunos com a solicitude discreta de quem se oculta quando dá. Se a interrupção abrupta da sua vida se tornou ocultamento pleno vivido na nossa experiência de luto e da impotência da razão inerme perante a morte, o mestre de Ontologia, que foi o Doutor Francisco Vieira Jordão, falou anos a fio da saga do Ser, que chega de muitos modos, mesmo sob o espectro nadificador da morte, o que aconteceu no quinquagésimo quinto aniversário do seu nascimento. Na partida, legou-nos o testemunho vivo de uma razão filosófica, que, nos caminhos quantas vezes ínvios da existência, ousou esperar contra a morte.

MIGUEL BAPTISTA PEREIRA

### CRÓNICA

#### COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE O PENSAMENTO E A OBRA DE HENRIQUE DE GAND

control describe control con participation of the control of the c

Sob o alto patrocínio da Universidade Católica de Lovaina (K.U.L.), o Centro De Wulf-Mansion do Instituto Superior de Filosofia (Hoger Instituut voor Wijsbegeerte) organizou de 15 a 17 de Setembro último o Internationaal Colloquium Hendrik van Gent, por ocasião do 700° Aniversário da morte do Doutor Solene. Recordemos, de passagem, que Portugal deve ter sido o único País, além da Bélgica, que se associou a esta efeméride publicando um número da série Mediaevalia. Textos e Estudos totalmente dedicado ao pensamento filosófico-teológico de Henrique de Gand 1.

Já não será necessário lembrar, por isso, aos estudiosos portugueses da filosofia, quer a importância do pensamento do autor flamengo quer o intenso papel que o De Wulf-Mansioncentrum tem tido na edição das obras críticas e no incremento de estudos sobre a sua filosofia. Um nome se tem destacado em toda esta actividade, o do Doutor Raymond Macken, que desde 1968 tem impulsionado, na verdadeira acepção da palavra, o aparecimento dos vários volumes dos *Opera Omnia* e o trabalho de investigadores oriundos dos mais diversos países. A maior parte deles esteve presente neste Colóquio. Assim, de forma justa, as *Actas* do Colóquio a publicar ser-lhe-ão dedicadas, constituindo um *Festschrift* que homenageia um trabalho de inusitada fecundidade.

¹ Transcrevemos o Índice daquele número monográfico: Maria Cândida Monteiro PACHECO: "No sétimo Centenário da Morte do Filósofo e Teólogo Henrique de Gand"; Mário A. SANTIAGO de CARVALHO: Henrique de Gand, 1293 - 1993"; Raymond MACKEN: "Henry of Ghent as defender of Human Heroism" e "Human self-defense against Injustice and Opression in the philosophy of Henry of Ghent"; L. HÖDL: "Die 'doppelte Wahrheit' vom Unendlichen in den Quaestiones ordinariae (Summa) des Heinrich von Gent"; Gordon A. WILSON: "Non Being: Eviternity and Time in the Ontology of Henry of Ghent"; Pasquale PORRO: "'Ponere statum'. Idee divine, perfezione creaturali e ordine del mondo in Enrico de Gand"; Mário A. Santiago de CARVALHO: "Sentido e alcance do pensamento de Henrique de Gand. Explicação da nona questão do 'Quodlibet I': a relação essência/existência"; Birgitta HACHMANN e Mário A. Santiago de CARVALHO: "Os Conimbricenses e Pedro da Fonseca como leitores de Henrique de Gand"; "Henrique de Gand - Bibliografia".

A cerca de meia centena de participantes (provenientes do Canadá, dos E. U. A., da Inglaterra, de Portugal, da França, da Bélgica, da Holanda, da Itália e da Alemanha), a alta qualidade das várias comunicações (em inglês, alemão e francês) e a sua muitas vezes viva discussão, testemunham a amplitude e a profundidade dos trabalhos. Eles auguram igualmente a continuidade dos estudos em torno dos Opera Omnia, bem como a formação de uma equipa sempre renovada de jovens investigadores entusiasmados pelo pensamento extravagantemente fecundo de Henrique de Gand. Por estas razões, o presente Colóquio ficará como um marco na história dos estudos gandavistas, superando-se definitivamente, em muitos pontos, os trabalhos tradicionais mais sistemáticos, como os De Wulf (1894) e de J. Paulus (1938). Significativamente, aliás, três comunicações em particular (a de J. Aertsen, de J. Decorte e de M. de Carvalho) tocaram de modo crítico na interpretação de Paulus. Ela ainda continua a marcar algumas das leituras e divulgações contemporâneas. Facto curioso, foi sem dúvida nenhuma, o silêncio de quase todos os participantes sobre a obra que em 1958 José Gómez Caffarena dedicou à metafísica de Henrique de Gand. Com toda a justica, ela depressa emparceirou em importância com a de J. Paulus. O filósofo espanhol, apesar de não ter podido estar presente no Colóquio Iovaniense, a ele se associou, enviando de Madrid uma carta ao Dr. R. Macken (com data de 26 de Julho) em que elogiava a programação do Colóquio e evocava comovido o autor da sua juventude, "su venerado Enrique de Gante", .

Os trabalhos iniciaram-se na manhã do dia 15 com uma saudação aos participantes pelo Presidente do Instituto Superior de Filosofia, o Prof. Doutor Carlos STEEL, o qual reiterou o empenho do seu Instituto em prosseguir um vivo e intenso apoio à continuação da edição dos *Opera Omnia*. Sobre a história desta edição, desde os seus difícieis inícios, graças à determinação de R. Macken, até às perspectivas futuras, sua metodologia e planificação, se pronunciou, no último dia do Colóquio, o Director do Centro De Wulf-Mansion, o Prof. Doutor W. VANHAMEL. As palavras destes dois professores, detentores dos mais elevados cargos na administração do Instituto, dada a sua responsabilidade, foram extremamente reconfortantes, na medida em que, pelo seu respectivo comprometimento, asseguram a continuidade de um projecto em boa-hora começado.

A metodologia seguida no Colóquio consagrou duas partes muito distintas, a leitura das comunicações (e respectiva discussão) e, ao fim do dia (15 e 16), as sessões de trabalho. Quase sempre muito técnicas, elas ocuparam-se exclusivamente dos aspectos ligados à obra do Gandavense. Nesta secção dos trabalhos, a escola de Lovaina manifestou toda a sua pujança e competência paleográfica e filológica, mostrando bem a razão pela qual, juntamente com a sua congénere francófona, é hoje em dia um dos maiores centros de edições críticas <sup>2</sup>.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Recordemos, nesta ocasião, que entre 9 e 11 de Setembro último, o Institut Supérieur de Philosophie (UCL) festejou o seu vigésimo quinto aniversário com a realização de um outro importante Colóquio Internacional, sobre o tema "Manuels, programmes de cours et techniques d'enseignement dans les Universités médiévales".

No primeiro dia, Jos DECORTE tratou das "Aristotelian Sources in Henry of Ghent" e Marcel HAVERALS de "Quelques problèmes concernant quelques abreviations dans le Ms. Paris, Bibl. Nat. lat. 3120". No segundo dia, a escola de Lovaina passou o seu testemunho. Assim, o alemão Ludwig HÖDL referiuse às correcções de autor na Summa, art. 31-34, o canadiano Jerome V. BROWN dedicou-se à análise do problema da autenticidade das Quaestiones super VIII libros Physicorum, e o norte-americano Gordon A. WILSON descreveu algumas particularidades da Summa no Ms Toulouse Bibl. municipale, ms. 199.

Vários foram os motivos de interesse destas duas Workshops, embora o seu resultado tenha sido irregular. É que se se não pôde sequer resolver as dúvidas lançadas por M. Haverals relativas à leitura das abreviaturas apresentadas. L. Hödl trouxe mais contribuições para um tema em que, juntamente com R. Macken, tem inovado. Falamos da temática das correcções de autor, que em outra ocasião já pudemos apresentar (Humanística e Teologia, 13, 1992, 90-91). Acontece porém que acerca deste assunto em particular, onde até ao presente se tem avançado e confirmado a hipótese de ter sido o próprio Henrique de Gand a examinar e corrigir a cópia original cedida para reprodução (identificada como ms. A), algumas recentes descobertas e perplexidades de G. Wilson — directamente derivadas do seu trabalho de edição da Summa — podem levar-nos a alguma cautela no que toca à generalização daquela hipótese de trabalho. O leitor mais interessado poderá encontrar pormenorizadas estas descobertas de Wilson no próximo volume dos Opera Omnia, que sairá do prelo no ano de 1994. Já as participações de J. Decorte e de J. V. Brown foram mais consensuais. O primeiro, dedicou a sua atenção ao facto de Henrique, durante toda a sua carreira, citar a Physica pela "translatio vetus"; o segundo, reforçou a hipótese de as Questoes sobre a Física, de que parece conhecer-se um só manuscrito, serem de facto do próprio doutor de Gand (mas talvez esta situação se possa alterar a confirmar--se recente descoberta de Silvia Donati). Recorde-se que para além dos quinze Quodlibeta e da Summa, obras cuja autoria está fora de dúvida, outras chegaram até nós, atribuídas ao punho de Henrique 3. É o caso, fundamentalmente, da Lectura Ordinaria super sacram Scripturam, cuja autenticidade é hoje incontestada, dos Syncategoreumata, ainda não criticamente editados, e das Quaestiones super VIII libros Physicorum, cuja primeira parte está praticamente concluída no que toca à reconstituição crítica do texto manuscrito.

De diferente âmbito, mais filosófico e histórico-crítico, foram as sessões regulares do Colóquio (quatro nos dois períodos da manhã, e duas na tarde), que passamos a apresentar, por ordem de realização.

terriore a northy henry any de . . .

O Prof. Stephen F. BROWN, reputado especialista em João Duns Escoto, pensador que o trouxe ao convívio com a obra do Gandavense, desenvolveu o

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cf. Revista Filosófica de Coimbra, 1 (1992), 191- 92.

tema "The Nature of Theology in the Opera Omnia". A sua Comunicação tratou do papel do lumen theologicum de acordo com a Summa henriquina (aquele, uma extensão da teoria da iluminação) enquanto condição de possibilidade da teologia, e debruçou-se, depois, sobre algumas das razões pelas quais Godofredo de Fontaines se opôs àquela teoria (no Quodl. IV, de 1287). Henrique não ficou indiferente a esta crítica e no Quodl. XII, q. 2 respondeu-lhe, acusando Godofredo de denegrir a teologia enquanto ciência. A questão não ficou por aqui: Godofredo voltou ao ataque no Quodl. VIII, q. 7, concentrando-se em particular na dificuldade da assunção de uma teoria como a da iluminação. Em suma, o contributo mais importante da Comunicação de S. F. Brown prendeu-se, a nosso ver, ao esclarecimento das duas diversas concepções da teologia em finais do século XIII. É sabido, de facto, que neste domínio, Henrique se distinguiu em desenvolver a primeira crítica consequente ao paradigma aristotélico na definição da ciência tal como ele era posto em prática por alguns sectores de Artistas e Teólogos. Mas a comparação estabelecida por S. Brown permitiu-nos ver, mais uma vez, também neste sector, uma falha na crítica que Godofredo dirige a Henrique; como em tantos outros domínios, Godofredo não parece ter sido capaz de atingir o autêntico cerne das posições henriquinas, que aliás quase sempre desfigurou. As controvérsias universitárias daquele período nem sempre eram genuínos diálogos filosóficos.

Num dos últimos volumes do Bulletin de Philosophie Médiévale (33, 1991, p. 135), o professor de Amsterdão, Jan A. AERTSEN lamentava-se pela "serious lacuna in the history of DT [=doutrina dos transcendentais]": "the absence of an inquiry into the doctrine of Henry of Ghent who is an important link in the Avicennian tradition in the Middle Ages." Ao escutarmos a sua Comunicação, ficámos com a impressão de que Aertsen começou a contribuir para a modificação deste estado de coisas. Ao pronunciar-se sobre "Transcendental Thought in Henry of Ghent", o investigador deu mostras de ter estudado atentamente alguns dos principais lugares textuais da obra de Henrique sobre os transcendentais (Quodl. VII, q. 1 e 2, V, q. 2 e III, q. 9, Summa art. 1, q. 2 e 12, art. 21, q. 4, art. 24, q. 3, 6 e 7 ou art. 34, q. 2). Aertsen concentrou-se naquela que a seu ver é a via crucial para o acesso ao pensamento henriquino, a interrelação res e ens. Do seu exame, motivado pela oposição a J. Paulus (que fazia do ponto de partida da metafísica de Henrique uma forma transcendental, à maneira de Kant), resulta a reivindicação de que a perspectiva gandavense é transcendental tão-só na acepção medieval do termo. Neste intento, o autor esforcou-se por mostrar que a noção henriquina de res (a ratitudo, i. e., enquanto natureza ou essência de uma coisa), correspondendo embora àquilo que Avicena chamava o "esse proprium", tem as suas fontes directas no Comentário às Sentencas de Boaventura e de Tomás de Aquino.

De seguida, Ludwig HÖDL, professor jubilado da Universidade de Bochum, e R. Macken, já apresentado, brindaram-nos com duas comunicações de conteúdo diverso. Enquanto MACKEN com "The Inedita of Henry of Ghent Rediscovered", nos fez o historial das edições, desde a de Badius (1518) até ao lançamento dos *Opera Omnia*, Ludwig Hödl versou um tema que lhe é caro: "Copia' und Schultradition der Summa des Heinrich von Gent". A *Summa*, que

como se sabe contém as lições regulares de Teologia dadas por Henrique (de 1276 até 1291), deveria ser um manual de ensino. Ora, conhece-se a "cópia" (A) e a tradição literária escolar desta imponente obra do Doutor Solene, o que significa dizer que se conhece "das lebendige Buch des Magisters, in dem er lebt und lehrt". Partindo da metodologia editorial escolar, e também com base em elementos exteriores (edições de Godofredo de Fontaines e de João de Pouilly, e informações colhidas nos estatutos das Faculdade de Direito de Bolonha, 1317-1347, entre outros), Hödl insistiu na distinção entre "cópia" (o autógrafo) e liber magistri (o livro de mão do mestre, que pertence à história da constituição do texto da disputa). Este professor trouxe assim contribuições pregnantes para a história da edição universitária tal qual ela se pode conceber a partir deste caso feliz que é a obra de Henrique de Gand chegada até nós.

J. JANSSENS surpreendeu-nos muito recentemente com a publicação de uma notável Bibliografia comentada sobre Ibne Sina, a qual representa uma pequena, mas apreciável, parte do seu trabalho de doutoramento defendido no H.I.W. Este estudioso carreava por isso uma particular autoridade para tratar, na segunda parte do primeiro dia do Colóquio, o tema da influência de Avicena sobre Henrique de Gand. Fê-lo bem, acabando por reforçar o facto de que o filósofo persa está longe de ser uma autoridade menor para o Gandavense, no caso, sobretudo em matéria psicológica. De facto, "Some Elements of Avicennian Influence on Henry of Ghent's Psychology" limitou-se apenas a dois aspectos muito concretos dessa influência (Quodl. III, 14, IV, 13 e 21, VI, 14 e IX, 8): a relação entre corpo e alma e a unidade desta. Reconheceu-se, com alguma surpresa, que se o Tratado sobre a Alma de Avicena não é usado por Henrique de Gand nestes dois domínios da psicologia, já o Liber de Philosophia prima é amplamente utilizado no que concerne à distinção entre unidade substancial e acidental. Isso sucede com vista à introdução da teoria gandavense do "suppositum" (vd. infra, sobre esta teoria) e em relação à temática da criação "simultânea" de uma alma particular com um corpo individual. É um caso de uma teoria aviceniana que Henrique considerava em concordância com a fides catholica. Mas não menos surpreendentemente, Janssens não encontrou qualquer referência a Avicena, no que toca ao segundo aspecto que a sua Comunicação se propunha tratar, o relativo à unidade da alma. Todavia essa influência já se notava no quadro da célebre teoria da distinção, que, como se sabe, tem também uma aplicação à teoria da unidade da alma.

Em 1985, S. MARRONE publicava um livro polémico intitulado Truth & Scientific Thought in Henry of Ghent. Nele o autor procurava precisar os três estádios evolutivos no desenvolvimento ideológico de Henrique, designadamente no quadro da sua noética e epistemologia. Para Marrone, ao augustinismo fundamental, Henrique anexou um formalismo aristotélico, progressivamente mais amadurecido, por vezes mesmo averroista. Na Comunicação ao Colóquio, S. Marrone procurou consolidar esta sua tese. Para o efeito, explorou sobretudo aquele que teria sido o período intermédio, o mais crítico (1279-81), tal como ele pode ser percebido a partir do que a recentíssima edição crítica dos artigos 31-34 da Summa (que datam desse período) nos pode dar. Eis-nos, portanto, perante um caso exemplar de aplicação da hipótese das correcções de autor, tendo

Marrone avançado mesmo que "a close look at the critical apparatus alone shows how much we have yet to learn about Henry's mental development, and about the currents of ideological change in the late thirteenth-century university". A confirmação da sua tese passou por observar que no texto final do artigo 34 (q. 5, em particular) não se encontra nenhum recurso à noção de espécie inteligível". (Como se sabe Th Nys, em 1949 havia defendido que Henrique recusara tal noção no *Quodl. IV*, datável do mesmo período). Para Marrone, no confronto do aparato crítico com a versão final nota-se de facto a substituição do termo species pelo termo verbum (este teria o valor de um conteúdo conceptual enquanto que aquele seria a imagem cognitiva do objecto). O aspecto noético desta evolução teve a sua quota-parte epistemológica, relativa à caracterização do conhecimento da verdade, para o que o autor contribuiu sempre em fidelidade à sua tese de 1985.

Os trabalhos do segundo dia abriram com uma interessante Comunicação do autor de La via delle proposizione universali, Pasquale PORRO (Universidade de Bari). O tema escolhido foi "Possibility and Essential Being in Henry of Ghent". Dando mostras de grande à-vontade de movimentação entre os textos henriquinos, este intérprete examinou a origem da possibilidade segundo Henrique. Sabendo que o doutor de Gand não admite uma distinção real entre a existência de uma coisa e a sua essência, a distinção, por aquele feita (Quodl. VIII, q. 3 e VIII, 9 e X, 7), entre "possibile obiective" e "possibile subiective", procura compatibilizar o estatuto do "esse essentiae", como capacidade de uma coisa para receber a existência (esse existentiae), com a sua eternidade e necessidade. Com base na leitura dos Quodl. I, q. 3, VI, 3, VIII, 3 e VIII, 8, Porro revela a hesitação de Henrique na determinação da origem da possibilidade (ela depende do poder de Deus? ou nem Deus pode criar o que em si é impossível?) Mas uma vez que a determinação da possibilidade ocorre sempre na eternidade. e dado que o Gandavense se atém a uma interpretação "estatística" das noções modais, parece que possibilidade e necessidade coincidem. Isto não seria, aliás, senão a aplicação do princípio da plenitude, que em Avicena e Averróis era de âmbito existencial e em Henrique aparece deslocado para o âmbito da possibilidade. O autor continua assim a trilhar a tradicional leitura dualizante, que não deslinda a ligação entre os dois planos, existencial e essencial 4.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Que me seja permitido um desvio por um estudo de Diogo Pires AURÉLIO publicado no quinto volume de "Cultura - História e Filosofia" (Lisboa, 1986) com o título A Racionalidade do Possível - De S. Tomás a Leibniz (p. 439-59). Este nosso Colega pretende "explicitar a função que o possível desempenhou adentro daquilo a que (...) chamamos de universo aristotélico-tomista"; ele quis mostrar como, a partir de Leibniz designadamente, se produz o "esquecimento" daquele conceito. Depois de abordar o estatuto e a ciência do possível em Aristóteles e em S. Tomás, Pires Aurélio sublinha os aspectos da diferença introduzida por Leibniz em ordem a um "deslocamento da problemática em que o possível emergiu". Nada diremos sobre este "enquandramento" da racionalidade do possível, mas gostaríamos de apelar para o seu aperfeiçoamento pela evocação de uma "perspectiva de evolução progressiva", insistindo nomeadamente em que neste estudo há, pelo

O estatuto do "essse essentiae" também concitou a atenção de mais uma Comunicação, a de H. A. G. BRAKHUIS (Universidade de Nimega). Este professor é conhecido pelas suas investigações no âmbito da lógica medieval, e dos Syncategoreumata em particular. Com "Henry of Ghent's Notion of esse essentiae. Some Semantical Problems" ele mostrou-nos, no domínio que até ao presente menos tem provocado a atenção dos investigadores, que Henrique, ou melhor, o autor dos Syncategoreumata, é bem versado em semântica e em lógica. Braakhuis, que prepara a edição deste texto para os Opera Omnia acredita na autoridade Gandavense dos Sincategoremas. O autor reforçou esta opinião concluindo a sua Comunicação pelo exame dos últimos artigos da Summa sob o ponto de vista da teoria da ciência e da significação. Sabemos hoje, de facto, que a metafísica de um autor medieval se intersecta com as posições de âmbito lógico e linguístico de forma estreita.

Problema muito debatido na Idade Média foi, como se sabe, o da eternidade do mundo. Deste tema se ocupou M. de CARVALHO (Universidade de Coimbra) em "The Problem of the Possible Eternity of the World according to Henry of Ghent and His Historians". Centrando a sua perspectiva num ponto de partida diferente do de Porro, o do esse existentiae, o signatário procurou mostrar o bem fundado da argumentação henriquina em prol da temporalidade radical da criatura, situou-a no seu contexto histórico e referiu-se à exegese moderna que

nem sempre a tem apreciado de forma ajustada.

Mathias LAARMANN (Universidade de Bochum) tratou de seguida um dos tema mais difíceis da filosofia teológica de Henrique, o do conhecimento natural de Deus. A sua Comunicação intitulava-se "Gott als 'primum cognitum'. Zum Problem der apriorischen Seins- und Gotteserkentnis bei Heinrich von Gent'. Tema comum aos grandes pensadores da época (T. de Aquino, De Ver. 22, 2; Boaventura, Itin. 5, 3), a posição do doutor de Gand assume uma complexidade inusitada, em que o investigador alemão procurou introduzir o auditório. Partilhamos da sua opinião segundo a qual o motivo para essa complexidade

menos, três distintos ausentes. Penso, obviamente, em Henrique de Gand, que Pires Aurélio não deve conhecer, mas certamente também em Duns Escoto e em Guilherme de Ockham. Entre S. Tomás e Leibniz, neles dá-se a passagem de uma metafísica do possível a uma lógica da possibilidade. A falta de radicalidade que o autor vê no modelo da racionalidade Moderna (e não negamos que, de facto, "os problemas que verdadeiramente o ocupam [a Leibniz] são outros") é inaugurada por um profundo ataque escotista e nominalista à metafísica do possível de Henrique de Gand, que por sua vez é uma alternativa ao modelo tomasino. Para lá chegarmos, dever-se-ia referir, primeiro, que a entidade que o autor vê no § 43 da Monadologia, estranha, naturalmente, ao "tomismo" (p. 449) - "uma entidade que, não sendo um existente, não se confunde, todavia, nem com o nada nem com o ente de razão" — é claramente devedora do apuramento do esse essentiae de Henrique de Gand e do ens secundum quid de Duns Escoto, que no texto nos aparece injustificadamente elidido. E depois, e relativamente à ciência do possível, dever-se-ia adiantar que a problemática relativa à esfera da mente e a da vontade divinas representam o culminar de uma tradição que passa pela crítica de Escoto a S. Tomás quanto ao modo como este entendia o conhecimento que Deus tem dos futuros contingentes. Também o sentido dessa crítica, porém condicionada por uma discussão em torno do que seria o ser da contingência, já havia sido aberto por Henrique de Ĝand. Será necessário, em suma, reescrevermos a história relativa à transformação da racionalidade do possível.

reside no facto de que ao perguntar-se "utrum Deus esse sit homini notum naturaliter per se (Summa, art. 22, 2), Henrique põe em relação a teoria do "primum cognitum" com específicas suposições de âmbito linguístico (verbum). A nosso ver, Laarmann teve a virtude de contribuir para um tema tão agudo, mas estamos em crer que as investigações posteriores que ele nos anunciou poderão trazer maior esclarecimento, em particular no confronto crítico com as alternativas epocais referidas.

Uma das últimas preocupações da "escola de Lovaina" é a relativa à divulgação da obra de Henrique em vernáculo mediante estratégias bem definidas de tradução exemplar de textos. Roland TESKE foi o seu primeiro realizador. Este professor do Wisconsin (Universidade de Marquette) acaba de publicar um útil trabalho de tradução das "quaestiones" de Henrique relativas à vontade e à liberdade (Quodlibetal Questions on Free Will, 1993). Temos conhecimento de que prepara também idêntico trabalho, agora no âmbito da ética, e de que vai contribuir, em breve, para o confronto de Henrique com a doutrina de Pelágio e de Guilherme de Auvergne sobre a liberdade. Na sua Comunicação ao Colóquio, Teske examinou um problema conexo: "Henry of Ghent's Rejection of the Principle: 'Omne quod movetur ab alio movetur'", que detalhou como é que a posição henriquina sobre a proeminência da vontade (como universal e primeiro motor) é incompatível com o princípio aristotélico enunciado no título. Na verdade, também nesta matéria Henrique assume-se como uma alternativa à posição de Tomás de Aquino.

Tendo o segundo dia do Congresso assistido ao tratamento de temas habitualmente menos examinados, em termos quantitativos de produção, B. B. PRICE (do M.I.T. e da Univ. de York) brindou-nos com o último tema do dia: "Henry of Ghent and the Tensions of Economics". A autora procurou, nas suas palavras, contribuir para o estabelecimento do "status quaestionis" do papel de Henrique no campo da investigação em história económica. Não é que neste assunto particular, o do pensamento económico, a Comunicação da professora Price tenha sido pioneira ou sequer singular; de facto, ainda muito recentemente Langholm publicava um monumental exame à tradição teológica parisiense sobre a economia. Dedicando um capítulo inteiro ao doutor de Gand, este estudioso evidenciava a importância do seu contributo relevante pela amplitude e variedade das abordagens. Simplesmente, a presente Comunicação, mais do que revelar como é que a tensão dualista do comportamento económico se recolhe em Henrique (seres humanos vs. natureza e seres humanos entre si) teve a virtualidade de sublinhar como é que aquele pensamento enquandra a tensão da relação económica como uma forma de amizade. Discutindo, em particular, a problemática dos desejos dos seres humanos e do interesse individual em conflito com o bem comum. A autora acabou por se questionar sobre a forma encontrada por Henrique para solucionar a tensão da economia, mas rassaltou devidamente o facto de o Gandavense se ter voltado quer para as instituições da Igreja quer para os governos laicos com o fim de reduzir ou resolver as tensões económicas. Uma vez que escrevemos para leitores portugueses, talvez valha a pena assinalar que também no nosso pensamento económico se repercute a presença de Henrique, por exemplo em João Sobrinho (†1486). Na sua obra intitulada Justica Comutativa (ed. Paris 1483 e Lisboa, 1945), ao contrário do que era frequente em certos meios académicos, o teólogo e economista português faz mais do que citar Henrique a partir de Duns Escoto (fol. 15, 38, 46 da ed. de Paris). Ele dá mostras de conhecer criticamente algumas das melhores questões quodlibéticas sobre o tema, como, v. gr.: Quodl. I q. 40 (fol. 32, 76, 78), III q. 28 (fol. 32), VI qq. 20 e 22 (fol. 79, 80 e 48, 58), e XIV q.14 (fol. 78).

Do último dia do Colóquio referiremos as quatro iniciais Comunicações (tendo as duas últimas sido abordadas acima). As duas primeiras de dois competentes editores dos *Opera Omnia*, J. Decorte e G. Wilson, as duas restantes de J. McEvoy e de Ch. Trottmann, que só há pouco chegaram ao pensamento

do Gandavense.

"Henry of Ghent on Analogy. Critical reflections on Jean Paulus' Conception", a comunicação de Jos DECORTE (Univ. de Lovaina) constituiu uma crítica legítima às páginas que Jean Paulus, na sua obra ainda de referência, tinha dedicado à problemática da analogia. Para o efeito, Decorte começou por levantar os quatro pontos em que, a seu ver, aquela leitura falha: (i) a interpretação da Summa art. 21, q. 2 sobre a analogia e (ii) sobre a proposta de um paralelismo entre a ordem do conhecer e a do ser, (iii) a origem da teoria de Henrique, (iv) a existência de um problema cartesiano "du pont". Não é este o lugar para apresentar a tese de Paulus, que continua a imperar. O seu livro é aliás relativamente acessível. Mas deve-se talvez assinalar que as críticas do professor Decorte se inserem no contexto das suas últimas produções sobre temática afim, a da relação ou "respectus". A este propósito, importará referir que este autor, que também foi o editor dos *Quodlibet XII* e *XIII*, publicou em Portugal um importante estudo sobre este tema (vd. nota 1). É de facto impossível compreender bem a teoria do Gandavense do "respectus" sem se precisar o exacto lugar da analogia no jogo da sua metafísica. Neste sector, o maior contributo de Decorte consistiu no corpo de prova aduzido em favor da influência da noção aristotélica de analogia sobre Henrique. Isto é novo porquanto J. Paulus privilegiara o confronto com Aquino e com Escoto. Decorte, que para além de um recente contributo histórico--sistemático (Waarheid als weg, Kampen, 1992) tem dedicado muita da sua atenção à filosofia franciscana, referiu-se por isso à origem franciscana da teoria da analogia de Henrique (Alexandre de Hales e Boaventura), mas salientou sobretudo como, neste particular, foi influente a Comentário às Categorias de Simplício traduzido por Moerbecke, que Henrique de Gand mostra ter conhecido, v. gr. no Quodl. IX, q. 1 e 3.

Em 1975, Gordon A. WILSON defendeu a sua tese de doutoramento na bem conhecida universidade norte-americana de Tulane. O tema foi o do dimorfismo e unidade metafísica do homem. A ocasião deste Colóquio, vimo-lo bem, permitiu-lhe retomar o tema daquele seu inicial encontro com Henrique, agora bem consolidado por um activo dos mais fecundos plasmado no *Opera Omnia*. Wilson é, de facto, editor dos *Quodlibeta VI* e *VII*, e ultima um livro sobre a

filosofia henriquina. Não estranhámos, portanto, o à-vontade manifestado na sua Comunicação, que se ocupou em descrever primeiro o ponto de partida do *Quodl. I* relativamente ao tema do *suppositum*, examinou a relação que o syllabus de Março de 1277 pôde ter tido com o entendimento e o papel da "suppositum" na metafísica de Henrique, e concluiui pela contribuição mais fundamental desta metafísica. Ela prende-se com a rejeição da ordenação aristotélica entre mundo material e imaterial, avançando em alternativa com a distinção entre ser criado e incriado.

O Colóquio encerrou o período da manhã do seu derradeiro dia com duas interessantes e diversificadas comunicações de outros tantos estudiosos que se podem contar entre as mais recentes aquisições no círculo dos gandavistas contemporâneos. O professor de Lovaina-a-Nova, James McEVOY demonstrou como é possível trabalhar uma só "quaestio" de Henrique de maneira fecunda. Com um espírito muito britânico ele brindou os assistentes com o exame da qu. 12 do Quodl. X. que se pergunta se a amizade é uma virtude. Esta Comunicação, que complementaria a de B. Price, remeteu-se portanto ao tratamento desta temática muito particular e ao modo como as mais velhas e mais relevantes autoridades citadas (Aristóteles e Cícero) se conjugam com as teológicas (Agostinho e Ricardo de São Vitor) ao serviço de uma concepção pessoal sobre o ser e a geração da amizade enquanto virtude. Quer dizer, parte da justiça, coroa das virtudes morais, e a mais próxima das que recebem a infusão da caridade.

De França chegaram-nos os reflexos de uma pormenorizada tese sobre a visão beatífica, da autoria de Christian TROTTMANN. Este jovem investigador do C.N.R.S. abordou o contributo de Henrique para essa temática. "Henri de Gand source de la dispute sur la vision reflexive" procurou mostrar a influência do teólogo flamengo em João Quidort mercê da "introdução do desejo no próprio coração da paz dos bem-aventurados". Uma vez mais o seu lugar de pensador independente foi vincado numa pessoal atitude, intermediária, situada entre os mendicantes, ansiosos em assumir a herança cristã de Stº Agostinho, e os contributos da noética aristotélica. Na sua qualidade de tomista, Quidort procurou sistematizar e sintetizar aquela atitude. Situando-se Henrique, com efeito, entre o augustinismo e o aristotelismo, algumas das razões metafísica do seu voluntarismo (a que Teske se tinha referido) podiam ter estado na origem do voluntarismo específico do dominicano parisiense.

Uma vez que no início desta Crónica começámos por fazer referência à Comunicação do director do De Wulf-Mansioncentrum, W. VANHAMEL, basta-nos dar notícia da última conferência do dia e do Colóquio. Jerome V. BROWN tratou da "Henry's Theory of Knowledge: Henry of Ghent on Avicenna and Augustine". Não será necessário lembrar o extenso conjunto de estudos que sobre a noética de Henrique o professor Brown já dedicou (cf. Humanística e Teologia, 12, 1991, 113 sg.). Na sua comunicação, muito técnica, este estudioso insistiu uma vez mais no tópico da teoria do conhecimento, revelando a sempre reconhecida influência de Agostinho e de Avicena, embora, desta vez, em relação a um assunto habitualmente negligenciado, o do conhecimento dos anjos. Como é apanágio de J. Brown, também este seu estudo mostrou a relutância revelada por

Henrique em abandonar o velho estilo neoplatónico veiculado por aquelas duas fontes, não obstante a contribuição do Gandavense para a via moderna.

\*

Um relato de apenas alguns dos muitos aspectos das várias teses defendidas é necessariamente pobre. É impossível descrever toda a riqueza e diversidade humana e intelectual proporcionada por um Colóquio, e por este em particular, que reuniu um conjunto de estudiosos que têm convivido com o pensamento e com a obra do Gandavense de muito perto. Uma palavra final merece-nos a excelente organização do Colóquio e a sua simpática equipa de assessoria. O caloroso acolhimento que sempre nos dispensaram teve o seu ponto mais alto com um requintado e opíparo Jantar oferecido aos conferencistas no fim do dia 16 na Sala do Bispo do Faculty Club, que se insere num impressionante e tão bem preservado espaço arquitectónico (o "Groot-Begijnhof"), em tempos idos ocupado pelas célebres beguinas.

Destacada a excelente organização e acolhimento, terminaríamos apenas salientando a ausência de Kent Emery Jr., também ele colaborador dos *Opera Omnia*. De igual modo, o professor R. Wielockx, embora tendo estado presente, lançando pertinentes observações enriquecedoras dos trabalhos nos mais vivos momentos dedicados à discussão das teses propostas, não pôde apresentar uma Comunicação. Lembremos que lhe devemos a edição do *Quodl. II*.

Em todo o caso, este acontecimento que contou na sua assistencia com uma jovem e significativa presença de promissores investigadores do Medievo, assinala um marco naquele que será, estamos em crer, o primeiro coroamento da reabilitação contemporânea desse grande filósofo e teólogo dos finais do século XIII. Os aspectos textuais, históricos e filosóficos foram tratados com competência e alguma sobriedade, pelo que a publicação iminente das Actas do Encontro se assumirão como um ponto de referência obrigatório para qualquer investigação futura. Pela nossa parte, orgulhamo-nos, ainda que modestamente, de ter contribuído, com a edição de Mediaevalia. Textos e Estudos, para que esta efeméride provoque um incremento na produção filosófica em torno ou na senda de Henrique de Gand.

Os nosso parabéns às autoridades académicas da KUL e o nosso bem-haja ao Dr. Raymond Macken, o verdadeiro responsável por esta reabilitação e autêntico cabouqueiro deste erudito ressurgimento.

Mário A. Santiago de Carvalho

#### FRANCISCO VIEIRA JORDÃO (1939 - 1994)

THE RESIDENCE PROPERTY OF THE PARTY OF THE SECURIOR AND THE PARTY OF T

Explanal Huntild Salvaglo e com

1707 Challett Black of a Committee

A morte prematura do Doutor Francisco Vieira Jordão no passado dia 29 de Março de 1994 veio enlutar a *Revista Filosófica de Coimbra* e o Instituto de Estudos Filosóficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Nascido na freguesia da Batalha em 1939, terminou o Curso de Teologia no Seminário de Leiria em 1964. Obteve a licenciatura em Filosofia na Universidade Gregoriana, em Roma, em 1970. Depois de concluidos alguns estudos na Faculdade de Letras de Coimbra foi-lhe dada equivalência à Licenciatura em Filosofia pelas universidades portuguesas em 1975. Em 1988 prestou provas de doutoramento em filosofia, na Universidade de Coimbra com uma dissertação intitulada Salvação e História em Espinosa tendo sido aprovado com distinção e louvor, por unanimidade. Era actualmente Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Antes de ingressar na Faculdade de Letras como docente, em 1976, o doutor Francisco Vieira Jordão exerceu o seu magistério em diversas instituições com particular destaque para o Seminário Diocesano de Leiria e o Instituto Superior de Estudos Teológicos de Coimbra. Na Faculdade de Letras, esteve ligado à docência de várias cadeiras dos planos de estudo mais recentes: Antropologia Filosófica (1976/7), Axiologia e Ética (1977/8), Filosofia Moderna (1978/9), mas foi, sem dúvida, à Ontologia e à Filosofia da Religião que dedicou a maior parte do seu tempo de investigar e de ensinar. De facto, regia, com grande zelo e competência, a cadeira de Ontologia desde 1979 e, a partir do ano lectivo de 1988/9, a cadeira de Filosofia da Religião. Trabalhava ainda nesta área, no mestrado sobre Filosofia Contemporânea da Linguagem, com um Seminário sobre A Expressão Religiosa, quando a morte o veio surpreender.

Para além da participação em numerosas reuniões científicas e culturais colaborou activamente na vida da Faculdade. Foi representante dos assistentes de Filosofia no Conselho Pedagógico da Faculdade, membro da Comissão Coordenadora do Conselho Científico, presidente da Comissão Científica do Grupo de Filosofia, Coordenador do Projecto Erasmus para a Filosofia e vice-director do programa FOCO-Faculdade de Letras. Pertencia ainda à Direcção da Revista Filosófica de Coimbra em cuja criação e lançamento se empenhou de forma assinalável.

Da sua bibliografia destacam-se os estudos sobre Espinosa que o consagraram como um especialista na obra do mais célebre filho de judeus portugueses.

#### BIBLIOGRAFIA:

Espinosa. História, Salvação e Comunidade. Lisboa: F. C. Gulbenkian, 1990.

Sistema e Interpretação em Espinosa. Maia: Castoliva, 1993.

Mística e Filosofia. Coimbra, 1990.

"Do Conhecer ao Ser: Eleia frente à Jónia", Biblos 53 (1977) 115-124.

"A compreensão de ser contra o seu esquecimento: Heidegger e Platão", Biblos 55 (1979) 403-424.

"Criticismo kantiano e pressupostos racionais da fé religiosa" Revista Portuguesa de Filosofia 37 (1981) 249-286.

"A problemática da linguagem religiosa frente à proclamação da morte de Deus" *Biblos* 57 (1982) 473-507.

"Iluminismo e tradição do texto religioso em Espinosa" in M. B. Pereira *et al.*, *Tradição e Crise*. Coimbra, 1986, pp. 186-243.

"Richard Simon e a história crítica do texto bíblico" *Biblos* 62 (1987) 151-165.

"Natureza, sentido e liberdade em Kant" Revista Filosófica de Coimbra 1 (1992) 63-81.

"Joaquim de Carvalho e Espinosa - Recordando Joaquim de Carvalho no Centenário do seu Nascimento" Revista Filosófica de Coimbra 1 (1992) 309-319.

"A Religião sob o ponto de vista filosófico" Revista Filosófica de Coimbra 2 (1993) 295-311.

Um Humanismo aberto à Transcendência. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1993.

# FICHEIRO DE REVISTAS

THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TO SE

THE PRESIDENCE AND A STORE OF PROPERTY

... - In Sub-institute on the second of the

THE THERE IS NOT THE

Agora - Papeles de Filosofia - Santiago de Compostela . 12/1 (1993): E. López Castellón, Justicia y solicitud, dos paradigmas éticos (7-24); Salvador Giner, Una incierta victoria: la inteligencia sociológica (25-36); A. Ariño Verdú, Solipsismo y violencia o fraternidad? (37-54); M. González Fernández, El Octavius de Minucio Felix (55-68); L. Vega Reñón, La encrucijada de la demostración (69-85); Textos contemporaneos: J. W. Fernández McClintock, La misión de la metáfora en la cultura expresiva (89-124); Notas: L. Fernández Moreno, Consideraciones en torno a la solución tarskiana de la paradojas semánticas (127-135); C. Díaz Otero, La crítica de T. W. Adorno a la teoría del objeto de Husserl (137-151); M. T. López de la Vieja, Kant y una década de filosofía moral en castellano (1979-1990) (163-173); F. Martínez Bouzas, ¿ Por qué ética? (A ética á procura de ubicación no ensino galego) (175-179).

Analogía - México. VII (1993), N° 2:

C. F. F. von Weizsäcker, Las consecuencias políticas y morales de la ciencia (3-38); Manuel G. Serrano, Racionalidad común (39-71); Carlos Pereda, Rigor se dice de muchas maneras (73-99); Alejandro Tomasini, Dos nociones de objeto en el Tractatus (101-114); José Andrés Bonetti, El idealismo práctico de Marx. Una lectura de las Thesen über Feuerbach (115-124); Lorena Velázquez, El concepto como signo natural. Una polémica acerca de Ockham (125-139); Benjamín Valdivia, Ockham: suposición y ontología (141-151); J. A. García Cuadrado, Aspectos gnoseológicos de la suppositio naturalis de San Vicente Ferrer (153-167); Donald Felipe, La Bibiloteca de Santo Tomás en Manila, Filipinas: una nota bibliográfica sobre libros raros de filosofía, 1500- 1800 (169--188); G. R. Milán, ¿Réquiem por la filosofía? (189-192).

Convivium - Barcelona. Nº 5 (1993):

Aurelio Rizzacasa, Per una riconsiderazione del rapporto tra etica e politica (5-21); J. Ferrer, La utilitat com a objecte amable de la relació (22-39); J. L. Arce Carrascoso, J. Habermas: La crítica de la razón interesada (40-62); Alasdair MacIntyre, Persona corriente y filosofía moral: reglas, virtudes y bienes (63-80); Xavier Zubiri, Sobre el problema de la filosofía (81-98); Àngel Castiñeira, Associació estable versus unió social. La concepció de la societat en Nozick i Rawls (99-119); M. Escudero, El jardín de la ciencia (121-124); J. M. Esquirol, Sobre la cuestión del método en el debate Modernidad-Postmodernidad (125-131).

#### Diálogo Filosófico - Madrid. Nº 28 (1994) :

M. Garcia-Baro, Notas sobre cómo plantear en la actualidad el problema filosófico de Dios (4-26); A. Tornos, Experiencia de Dios (27-41); Carlos Días, Ser filósofo y creyente (43-50); R. Rovira, Locke ante el argumento ontológico. Textos y comentario (51-69); P. Cerezo, Tras las huellas de lo sagrado (En memoria de Isidro Muñoz) (71-75); I. Muñoz Triguero, Vivir sin religión. Un proyecto actual de vida (76-85); I. Muñoz Triguero, La existencia religiosa. Sus componentes básicos (86-92); I. Murillo, Bibliografía provisional de Isidro Muñoz Triguero (93-94); I. Murillo, Situaciones concretas y horizonte metafísico de la vida humana (95-97).

#### Discurso - São Paulo. N.º 22 (1993):

S. Marton, Um extemporâneo entre nós (11-14); Gérard Lebrun, As Palavras ou os preconceitos da infância (15-34); J. Mathiot, A República segundo Hobbes: o Corpo ou a Razão? (35-61), Marilena Chauí, Ser parte e ter parte: servidão e liberdade na Ética IV (63-122); F. Wolf, Três figuras do discípulo na filosofia antiga (123-152); P. E. Arantes, Hegel, frente e verso (153-165); P. Macherey, Sobre um tom irreligioso em filosofia (167-182); J. A. Giannotti, Sobre a amizade (183-195); G. Gaston Granger, A ciência pensa? (197-204); B. Prado Júnior & M. J. R. Cass, A retórica da economia segundo McCloskey (205-221).

#### Educação e Filosofia - Uberlândia, MG, Brasil.

Vol. 6, Nº 12 (1992): Maria de Fátima Simões, Conforme as análises das diversas constituições na Política pode-se falar de um conservadorismo de Aristóteles? (7-14); Valéria O. Oliveira, As condições de ensino da Educação Artística nas Escolas Estaduais de 1º Grau (15-24); Maria L. C. Wortmann & Marisa C. V. Costa, A problemática contemporânea da ciência e do conhecimento: examinando ideias de Jean Ladrière (25-36); Leandro de Lajonquière, O legado pedagógico de Jean Itard ( A pedagogia: ciência ou arte?) (37-51); A. L. dos Santos, A filosofia do símbolo literário (53-61); Rosa F. de Souza, Demandas populares pela educação na Primeira República: aspectos da Modernidade brasileira (63-70); E. F. Guimarães, Quem é o aluno da escola noturna? (71-82); L. R. Vieira, Educação e autoritarismo no Estado Novo (83-94); R. Goto, A letra na vida (95-106); T. A. Lara, Helenismo e cristianismo nas bases da cultura medieval (127-124); R. N. Fabbrini, O ensino da Filosofia: uma arte de multiplicação dos signos? (125-128); J. P. Cangemi & C. J. Kowalski, Existe hierarquia de significados em psicologia e nas disciplinas de saúde mental? Observações e comentários (129-139).

N.º 13 (1993): P. Alcoforado, Roteiro para o estudo do Organon (9-31); N. C. Bandeira de Castro, Questões discursivas: retomando algumas considerações (33-40); E. M. Machado Silva, Educação e trabalho: como a escola trabalha a questão do trabalho (41-46); M. Aparecida da Silva, A transposição do

Ficheiro de revistas 213

primado so sujeito ao primado do objeto: da história do "absoluto" à história dos homens em suas relações sociais de produção (47-59; N. M. H. Prestes, A educação, a razão e a autonomia (61-70); M. C. Santos, A percepção do belo (71-83); M. S. Pereira da Silva, Questões da prática e da formação do profissional da educação (85-99); C. V. de Assis Dansa et al., Atualização ou reestruturação educacional? Concepção de educação e metodologia do projeto Educação para a Ciência/Uberlândia -MG (101-109); L. A. Penna, O estilo do ofício (111-123); A. E. Reis et al., História da educação em Uberlândia: em busca das fontes (125-128); R. M. Fleuri, Educação popular e concepção de ser humano (129-134) M. G. Ferreira, Subsídios para a compreensão da base materialista-histórica da relação indivíduo-sociedade (135-154); E. C. Martins, A filosofia da educação na actualidade (155-178); J. I. da Silva, Kierkegaard - pessoa e obra - biografia e filosofia (193-205); M. L. Melo Prais, A escola entendida como sistema social e o papel da supervisão (207-214).

#### Estudios Filosóficos - Valladolid. XLII (1993):

121: N. Belloso Martin, Justicia, derecho y moral en Giorgio del Vecchio (429- 450); M. Cabot, De Habermas a Adorno: sentido de un "retroceso" (451-478); L. Espinosa Rubio, Apuntes sobre la naturaleza en el neoplatonismo, el pensamiento cristiano medieval y la filosofía del Renacimiento (479-501); J. D. Jimenez, B. Spinoza (1632-1677): La religión en el "Tractatus Theologico-Politicus" (1670) (503-527); J. Lopez Santamaria, A propósito de Alasdair MacIntyre: una propuesta polémica, la vuelta a la tradición (529-538); J. L. Izquieta Etulain, transición y cambio sociocultural en la región cantábrica (539-562).

#### Ethos - Buenos Aires. 19-20 (1991-1992):

A. Gomez Robledo, Sobre la concepción estoica del derecho natural (11-18); M. Beuchot, Naturaleza humana y ley natural como fundamentos de los derechos humanos (19-28); T. Molnar, Cristianismo y civilización occidental (29-38); R. Calderon Bouchet, Montesquieu, ideólogo de la aristocracia (39-58); G. Soaje Ramos, Notas sobre la experiencia en la doctrina del Aquinate (59-78); A. Pithod, El trasfondo no-conciente de la vida moral (79-94); H. Pasqua, Amistad y vida social (95-104); M. L. Lukac de Stier, El bien supremo del hombre en la doctrina hobesiana (105-116); M. C. Donadio Maggi de Gandolfi, Ravalorización contemporánea de la razón moral - la razón moral en Stuart Hampshire (117-156).

#### Filosofia - Turim. XLIV (1993):

Fasc. III: Silvia Ferretti, Eternità e tempo in Plotino (371-392); Guglielmo Gallino, Lo spirito di serietà e l'ironia (393-432); Leonardo Lotito, Le radici romantiche della simbolica di Otto Weininger (433-456); Guido Morpurgo-Tagliabue, Ambiguità e semiosi (457-480); Renato Pallavidini, Estetica e politica in Rousseau: il sentimento come movente di critica al modello sociale del "Bourgeois" (481-515).

#### Kriterion - Belo Horizonte, MG. XXXIII (1992):

N.º 85: Número especial sobre Theodor W. Adorno. R. A. P. Duarte, Da filosofia da música à música da filosofia: uma interpretação do itinerário filosófico de T. W. Adorno (9-30); L. Waizbort, Estilo musical da liberdade (31-48); M. H. Barreto, Subjetividade e o novo na arte: reflexões a partir de Adorno (49-58); R. Musse, Anotações acerca da relação entre filosofia concreta e filosofia especulativa na obra de T. W. Adorno (59-70); M. Nobre, Da Dialética do Esclarecimento à Teoria Estética (71-88); S. Kapp, Arquitetura moderna: paradoxos de uma utopia instrumental a partir de Adorno (89-108); José Henrique Santos, Elogio de Arthur Versiani Velloso, fundador da revista Kriterion (109-130).

N.º 86: Número comemorativo do 4º centenário da morte de Michel de Montaigne (1592-1992): Sérgio Cardoso, Villey e Starobinski: duas interpretações exemplares (9- 28); N. Bignotto, Montaigne Renascentista (29-41); L. A. Alves Eva, O fideísmo cético de Montaigne (42-59); F. Leopoldo e Silva, A referência a Montaigne na concepção pascaliana de história (60-76); T. de S. Birchal, Montaigne e a Modernidade (77-92); E. S. Muzzi, Os Ensaios de Montaigne ou a escrita nômade (93-99); E. P. F. da Mota Santos, Da razão que dorme (100-102); M. C. Diniz Peixoto, A produção do pensamento na encruzilhada corpo/espírito (103-110). Anexo: Martin Heidegger, A origem da obra de arte (trad. de Maria José Rago Campos) (111-133).

Vol. XXXIV (1993):

N.º 87: Número especial de ética e filosofia política: H. C. de Lima Vaz, Platão revisitado. Ética e metafísica nas origens platônicas (9-30); Marcelo Perine, "Phronesis": um conceito inoportuno? (31-55); Newton Bignotto, As transformações da tirania (56-69); Jacob Rogozinski, Desconstruir a Lei? (70-94); W. Schmied-Kowarzik, O futuro ecológico como tarefa da filosofia (95-107).

#### Manuscrito - Campinas, SP. XVI (1993):

N.º 1: Kai Nielsen, Analytical Marxism as Critical Theory: a Theory in Crisis (5-36); Luiz H. de Araújo Dutra, Ceticismo e Filosofia Construtiva (37-62); A. P. Rao, Distributive Justice: a Third World Response to Recent American Thought (part II) (63-127); M. R. Horenstein, The Question concerning Freedom in Kantian Moral Philosophy (129-151); B. H. Slater, Epsilon Identities (153-180); Rodica Amel, Antithetic Reason (183-205).

#### Pensamiento - Madrid. 49 (1993):

N.º 194: C. Aranda Torres, Las figuras de la autoconciencia racional en la "Fenomenología del espíritu" de Hegel (177-200); J. L. del Barco, Del ocaso de la modernidad a la sensibilidad potmoderna (201-216); S. Vergés Ramírez, Comunicación interpersonal y ética. Axiología (217-238); W. R. Darós, El planteamiento autoritario platónico en moral (239-255); B. Arbaizar Gil, Certeza sensible y comprensión cartesiana del innatismo (257-272); Mª. D. Mateu Muriscot, Amor Ruibal o la nostalgia de los principios metafísicos (273-291);

Ficheiro de revistas 215

N.º 195: E. M. Borrego, Mística y filosofía en Plotino (353-369); G. Mayos Solsona, El problema sujeto-objeto en Descartes, prisma de la modernidad (371-390); J. M. Esquirol, El movimiento de la filosofía de Jan Patocka (391-406).

Philosophica - Lisboa. 1(1993):

Joaquim Cerqueira Gonçalves, O estatuto das Humanidades - o regresso às artes (5-12); José Barata-Moura, A objectividade como categoria filosófica. Subsídios para uma caracterização (13-30); Viriato Soromenho Marques, Justiça e sentido da Terra (31-44); José Trindade Santos, Platão, Heraclito e a estrutura metafórica do real (45-68); Mafalda de Faria Blanc, Apresentação da metafísica de Malebranche (69-88); Isabel Clemente, O niilismo de Merleau-Ponty (113-122); Adriana Veríssimo Serrão, A imagem de Ludwig Feuerbach na literatura mais recente (1988-1993) (123-141).

Revue Philosophique de Louvain - Lovaina. 91 (1993):

Août 93: C. Troisfontaines, Présentation du professeur André Motte (362-365); André Motte, Religion, poésie et philosophie. Les Grecs et la quête du divin (366-382); James McEvoy, Amitié, attirance et amour chez S. Thomas d'Áquin (383-408); J. M. Aguirre Araa, Raison critique ou raison herméneutique? (409-440); Heinz Leonardy, Élements pour une philosophie de l'énseignement de la philosophie (441-458); A. Neschke-Hentschke, Une nouvelle étude sur ler platonisme antique (459-465).

Nov. 93: H. Pasqua, Maître Eckhart: l'oubli de l'être et l'avènement de l'intellect (535-547); Pablo da Silveira, Aristote, MacIntyre et le rôle de la norme dans la vie morale (548-575); P. Kerszberg, La crise des sciences exactes comme amplification du monde (576-602); C. Troisfontaines, La critique de Schopenhauer dans "L'Action" (603-619); L.-A. Dorion, Aristote et la "theologia" (620-640); H. Pourtois, Reconnaissance morale et constitution de l'identité.

(641-653).

and the measure of a rest of the second



## RECENSÕES

solvand ment should be say the regard and the

Total Communication of the com

Eusebius, Christianity & Judaism. Edited by Harold W. ATTRIDGE & Gohei HATA (Studia Post-Biblica 42), E. J. Brill, Leida - Nova Iorque - Colónia, 1992, 802 p.

O palestino Eusébio de Cesareia (c. 265 - c. 339/40) — não confundir com o homónimo E. C. na Capadócia — tem lugar na filosofia por várias razões. Discípulo de Panfilo, o mais erudito dos alunos de Orígenes, Eusébio é autor de uma extensa obra (talvez tão profunda quanto a de Orígenes) versando a historiografia, a exegese, a filologia, a teologia ou a apologética. Ela proporcionou-lhe, no seu contexto histórico-cultural particular, dar eco a um conjunto de problemáticas determinantes de alguns aspectos nucleares da história do pensamento Ocidental. Já neste lugar tivemos a oportunidade de referir a importância que atribuímos aos primeiros séculos do Cristianismo, no que estes representam em termos de momento privilegiado para uma conjugação de duas culturas distantes das quais ainda somos herdeiros (cf. Rev. Fil. de Coimbra, 1, 1992, 193). De facto, para além de Eusébio ser uma fonte de informação histórica, o seu envolvimento na polémica da definição do "homoousios"; a sua concepção historiográfica (desenvolvida na Preparação Evangélica e na Demonstração Evangélica); a sua posição exegética intermédia, de constituição origenista (entre o modelo alexandrino e antioqueno); ou as suas concepções teológicas permeadas de algum arianismo (embora nunca tenha chegado a defender que o Filho fora criado a partir do nada, E. C. seguiu uma concepção hierárquica da Trindade, negando a igualdade, em dignidade, entre o Pai e o Filho), impedem-nos de ignorar o seu legado para a incoação da cultura filosófica de raiz cristã que ainda hoje nos informa.

É precisamente aos vários aspectos da obra e do pensamento de E. C., no que diz respeito à definição das origens do Cristianismo e do seu crescimento e expansão, às relações com o Gnosticismo e com o Judaísmo, ao contributo do autor enquanto apologeta e exegeta, e às relações de Eusébio com o Império, bem como o seu legado, em geral, que esta obra colectiva se dedica de forma oportuna e bastante completa. Os seus dois editores (que fazem um útil 'status quaestionis' a p. 27- 49) congregaram em torno de si trinta colaboradores (canadianos, norte-americanos e japoneses), com formação académica variada (histórica, teológica, filosófica e filológica) que de uma forma mais ou menos

sistemática vêm, ao longo dos anos, estudado E. C.

O produto desta associação (cujo historial é feito pelos editores a p. 15-17), necessariamente irregular, concretiza-se nos trinta estudos publicados, numa bibliografia selecta (com títulos que vão de 1808 a 1990), num índice literário e um outro, temático e onomástico, bastante úteis e pormenorizados. A bibliografia de E. C. é também estudada (p. 33-39). Anote-se, porém, na bibliografia selecta (e sem querermos ser exaustivo) algumas omissões, que reputamos importantes: A. Weber, 1964: Arché. Ein Beitrag zur

Christologie des Eusebius von Cesarea, Roma; C. Curti, 1973: in Augustinianum 13, 483-506; E. Places, 1982: Eusèbe de Cesarée Commentateur: Platonisme et écriture sainte, Paris; M. Simonetti, 1983: in Rivista di Storia e Letteratura Religiosa 19, 1- 44; B. H. Warmington, 1985: in Studia Patristica 23, 93- 8; F. S. Thielman 1987: in Vigiliae Christianae 41, 226- 37; P. W. L. Walker, 1990: Holy City, Holy Places? Christian attitudes to Jerusalem and the Holy Land in the Fourth Century, Oxford; etc.

É, evidentemente, impossível dar aqui conta da totalidade dos estudos reunidos. Nem isso, aliás, se pode pedir a uma Revista consagrada à filosofia. Começaremos por referenciar alguns dos capítulos que mais directamente nos tocaram ou que à nossa disciplina dizem respeito. Estão neste caso, primeiro, os contributos dedicados ao Gnosticismo (designadamente o de Birger A. Pearson, especialista nessa área, p. 291 e sg). Depois, os contributos tão interessantes que estudam E. C. como exegeta — os de E. Ulrich ("The Old Testament of Eusebius: The Heritage of Origen"), de W. Mizugaki ("Spirit' and 'Search': The Basis of Biblical Hermeneutics in Origen's On First Principles") e de M. J. Hollerich ("Eusebius as a Polemical Interpreter of Scripture") —. Em todo o caso, preferimos voltar a nossa atenção para os seguintes domínios: o origenismo de E. C. (que Ch. Kannengiesser tratou a p. 435 - 66); o carácter apologético da Hist. Eccl., por A. J. Droge (p. 492- 502); e o contributo de G. F. Chesnut, que tem para nós, talvez, o particular interesse de examinar o legado de E. C. em Orósio, presbítero hispânico do século v. (Anote-se também uma referência, a p. 691, à cronologia de Hidácio, Chronique, ed. Cerf, Paris, 1974).

B. A. Pearson oferece-nos um panorama acabado de como o gnosticismo é hoje entendido, em particular após as descobertas recentes de textos gnósticos coptas e de Nag Hammadi. Depois de referir o modo como E. C. emprega o termo "gnostikós", examina as referências por ele feitas a autores que hoje consideramos gnósticos, mas que, seguindo Ireneu e Justino Mártir, Eusébio colocava antes sob o tópico genérico ou da heresia ou da "pseudonúmou gnoseos", e conclui de uma forma assaz crítica quanto ao valor de E. C. como autor documental ou fonte histórica do movimento. Com efeito, as descobertas arqueológicas de textos intimamente ligados aos gnósticos permitem-nos hoje em dia pôr de parte o testemunho dos autores cristãos se quisermos uma informação mais despreconceituada sobre aqueles movimentos, sendo o seu testemunho apenas relevante para nos apercebermos do modo como o cristianismo e os seus intelectuais os viam. Ficámos convicto que esta alteração representará sem dúvida algo mais do que uma mera mudança de perspectiva.

O patrólogo Charles Kannengiesser investigou a inserção intelectual de Eusébio na tradição de Orígenes, destacando em particular o paralelismo existente entre o criticismo bíblico de Orígenes e a primeira obra historiográfica de E. C. Trata-se, portanto, de um contributo para a determinação dos três principais domínios em que essa herança se particulariza: a carreira de E. C. foi determinada pelo estudo de Orígenes; a sua preocupação apologética é, por isso, afim à que se descortina em Origenes, quer nos métodos quer nas finalidades quer mesmo no auditório a que se destina; E. C. pretendeu ser um teólogo conservador de estirpe origenista. E, neste aspecto, o A. revelou-nos como a interpretação literal, predominante em E. C., se intersecta com a influência alegórica e tipológica, possibilitando assim que este nunca tivesse afastado da sua obra histórica uma percepção espiritual, tão nuclear num apologeta.

Das dimensões apologéticas da *História Eclesiástica* tratou precisamente Arthur J. Droge, especialista nesse sector e docente na University of Chicago Divinity School. Digamos, desde já, que o interesse de E. C. neste campo se relaciona com o facto de ser sua convicção que a verdade do cristianismo estava inextrincavelmente ligada à história; nesta ordem de ideias, Eusébio afastar-se-á das ideias mais correntes sobre a história, em

Recensões 219

particular as ligadas ao declínio da cultura, tendo aderido à tese do seu progresso. Estamos perante uma "cronosofia", tal como Krzysztof Pomian a caracterizou num estupendo contributo para a Enciclopédia Einaudi, se bem que, lamentavelmente, tenha ignorado o papel de Eusébio para essa topologia do tempo (cf. entre nós, o vol 29 da referida Enciclopédia, Lisboa, 1993). Droge começa por analisar o texto capital da HE (1. 2. 17--23) em que o processo histórico evolutivo nos aparece descrito pela primeira vez, para ser posteriormente desenvolvido na Preparação Evangélica (escrita entre 314 e 318, i. e., após a perseguição de Diocleciano). Mas o contributo deste estudioso tem sobretudo o mérito de haver precisado todo o carácter "revolucionário" (p. 499) da compreensão da história em E. C., facto que não pode ser elidido a crermos na resistência que qualquer mudança de paradigma necessariamente provoca. Destarte, ligando-a a um passado abraâmico ininterrupto, reescrevendo a história do paganismo e do judaísmo e a mais recente, a das heresias, E. C. acaba por nos aparecer como um criador ("inventor") da história, ou do seu uso ou aplicações, no sentido em que ela controla o presente, prediz o futuro e legitima a autoridade de uma nova e velha "nação" (ethnos), o Cristianismo, naturalmente. O autor não poderia ser mais claro (p. 687): "The paradigm for writing a long narrative history had already been firmly set for the Greco-Roman world by Herodotus and Thucydides in the fifth century BCE. History dealt with wars and battles, with generals and kings, with political machinations and coups. It always assumed that the human actors in the historical drama were at the mercy of a force called fate or fortune which was higher even than the gods. Eusebius broke the old molds, biblical as well as Greco-Roman, and thereby created not only a new paradigm of historiography, the 'ecclesiastical history', but broadned and liberated the perspectives of succeeding generations so that Christians could devise yet other paradigms, such as universal histories like that of Orosius (early fifth century), and Christian tribal or national histories like Jordanes' (sixth century) History of the Goths and Gregory of Tours' (ca. 540- 549) Frankish History". De facto, acrescentamos nós, a ideia bíblica de criação tinha necessariamente de produzir uma secularização na noção do tempo, paralela à produção de uma cronologia linearizante. Sempre o tempo se traduz em sinais, daí que, neste quadro, o autor destaque o seguinte (p. 691): "The multiple parallel columns of the earliest part of Eusebius' Chronicle, each column representing a major nation, converged by the end to only two columns: the Roman Empire and the Christian church. The Constantinian--Theodosian Christianized Roman Empire, the Gelasian theory of the two swords in the early Middle Ages, the medieval German 'Holy Roman Empire', the eleventh- and twelfth-century investiture controversy, and the United States Constitution's 'wall of separation between church and state' all flowed from that basic image of two parallel lines, interpreting teir proper relationship in different ways". Talvez não seja desprovido de interesse, este ponto, uma vez que, chegando-nos do sul, a nossa época conhece como nunca a bárbarie que pode resultar da confusão de uma inexistente dissociação entre as esferas da Igreja e as do Estado. Este saber do tempo também patenteia o poder na história.

Continuando com o propósito que enunciámos acima, passamos à contribuição de G. F. Chesnut (Indiana University). Este autor reconsidera o legado historiográfico de E. C. nos historiadores eclesiásticos, romanos e bizantinos. Deixemos estes de parte (Filostórgio, Sócrates Escolástico, Sozomeno, Teodoreto de Ciro, Zacarias Retor), por óbvias razões. A História Eclesiástica foi dada a conhecer ao mundo latino pela tradução de Rufino (em 403), que foi porém editada com o acrescento de dois livros, que tratavam do período até Teodósio Magno (395). Ora, acontece que a influência do paradigma historiográfico eusébico nos aparece reformulada por Orósio, entre outros, aplicado a uma dimensão que, no caso do presbítero, pretendia ser universal. Vale a pena lembrar nesta

altura que a historiografia cristã se especificou fundamentalmente em torno dos seguintes pilares: a Cidade de Deus de Stº Agostinho (obra, entre nós ainda em curso de edição, na tradução de J. Dias Pereira), a História contra os Pagãos de Orósio, e a História Tripartida de Cassiodoro (c. 485- 580), que por sua vez combinava as contribuições dos já mencionados Sócrates, Sozomeno e Teodoreto. Por várias razões, ao compor a Cidade de Deus (entre 413 e 426), Agostinho não podia ignorar o legado eusébico. No entanto, estes dois autores têm, da história, concepções bastante dissonantes entre si, razão pela qual se pôde ver na Cidade de Deus um ataque à teologia da história desenvolvida por E. C. quer na História Eclesiástica quer na Vida de Constantino. Em concreto, o realismo antropológico de Agostinho (vejam-se a dinâmica das duas cidades e o realismo do pecado original) leva-o a desenvolver o que eu chamaria (em alternativa crítica à limitada leitura de Chesnut, que fala em termos de "a flat view of history", p. 695) uma concepção dialéctica da história. Não sendo nem fatalista nem decadentista como a dos seus predecessores linguísticos Salústio e Tácito, nem progressista, como era a de E. C., a concepção de Agostinho poderia considerar-se como ingenuamente liberal. A Cidade de Deus surgiu também como um "manual de sobrevivência" (p. 696), tentando evitar que o mundo caísse na barbárie, o que, evidentemente, E. C. não via, ao crer numa Roma Eterna. Como lembra Chesnut (p. 693): "In the first edition of his Ecclesiastical History (before 303) Eusebius seems to have believed that the total Christianization of the Roman Empire would eventually be completed by the power of Christian preching and Christian missionary zeal alone. No more was required of the Roman emperors than that they practice religious toleration and allow the Christians to evangelize. Probably even before the appearence of Constantine in 312, and certainly well before he was convinced that the emperor was a believing Christian (rather than just a sympathetic sun-worshiping ally), Eusebius saw as the end and goal of human history a humane, moral, highly civilized Roman regime, converted to Christianity by Christian teaching, and governing the entire inhabited world in peace". É esta última concepção que o presbítero Orósio (e não Paulo, como entre nós ainda se diz) retoma. Apesar de ter privado com Agostinho e de haver (como ele mesmo nos diz, vd. p. 21 da trad. port.) sido por este impulsionado a escrever a História, no seu livro, tão popular, não se reconhece a concepção de Agostinho, no que ela tem de mais rico. Sabemos que no momento em que Orósio começa a escrever, o Hiponense havia apenas redigido os primeiros dez dos vinte e dois livros que comporiam a obra. Orósio conhecia assim apenas os prolegómenos da Cidade de Deus. Parece natural, portanto, que ele tivesse bebido do espirito eusébico durante o curto período que passou na Palestina (415-16). É assim que, na linha de toda a tradição bizantina, ou seja, distintamente de Agostinho, o episódio da invasão e destruição de Roma por Alarico, nos aparece subestimado, e a teoria dos quatro reinos danielinos, embora ocidentalizada, é aceite na defesa de uma Pax Romana. Entre nós, o prefaciador da História Contra os Pagãos quis ver nesta diferença de cronosofias uma dupla perspectiva, teológica (Agostinho) e filosófica (a de Orósio). Nada mais equívoco porém. É que não só toda a cosmovisão eusébica é teológica como o próprio regime romano ou a Pax Romana são, de facto, a antecâmara do fim apocalíptico. O tom reconfortante com que a História contra os Pagãos termina não sinaliza qualquer deflação teológica, mas uma outra concepção teológica, certamente mais optimista no que toca à avaliação dos seus necessários fundamentos antropológicos. É que — e é esta a principal lição que se retira desta cisão entre o autor africano e o hispânico - não há concepção da história que não seja determinada pela imagem do humano, e hoje vale a pena lembrar isto, na nossa época abafada por milenarismos acéfalos. A concepção da história da humanidade reproduz a imagem que se faz da existência individual.

221 Recensões

O estudo de Chesnut que recenseamos, ocupa-se ainda de Gregório de Tours, que se aproxima da teologia augustinista de uma forma que Orósio não soube fazer, de Otto de Freising (séc. XII), muito menos augustinista do que à primeira vista o título da sua obra o faria prever (História das duas Cidades). O capítulo termina com algumas explorações interessantes no que diz respeito à revivescência de algumas dimensões eusébicas, como a imagem do soldado de Cristo ou a do monarca cristão ou a temática da natureza da providência divina. Em relação a este último ponto, mais filosófico do que o anterior, o A. sublinha o esforço despendido por E. C. no ataque ao fatalismo pagão recorrendo, para tal, à definição técnica de "acaso" por Aristóteles (Phys. B 5. 197 a). A Providência aparece-nos aqui como o controle de Deus sobre os "acidentes" da História, designação que certos bizantinos (Sócrates Escolástico, Sozomeno e Evágrio Escolástico) preferiram traduzir em termos de "kairós", o momento oportuno. Mas também neste ponto Agostinho representa um outro modelo. Para o A. estão portanto em causa duas alternativas: a de Eusébio, para quem a Providência nos aparece em termos de manipulação divina de situações ocasionais que aparentemente entram em conflito por forma a produzir padrões de grande alcance histórico; e a de Agostinho, para quem a Providência é vista como um padrão construído a longo prazo segundo a forma determinística causa/efeito. Saber se esta alternativa, assim enunciada, pode colher, é o que o A. não discute, e outra coisa, não menos difícil, é saber se elas encontram equivalente acolhimento nos vários modelos historiográficos lembrados.

O relevo particular que demos ao estudo de Chesnut permite-nos ficar com uma ideia do elevado valor deste grosso volume. Com poucas excepções, quase todos os contributos reunidos representam o que de mais avançado há no quadro dos estudos eusébicos. Recomenda-se, por isso, esta obra, a todos (historiadores, filósofos e teólogos) interessados ou neste pensador e na variedade dos seus objectos mentais ou no período tão decisivo em que ele viveu. O conjunto destes estudos, pela solidez da erudição que os sustenta, permitir-nos-ão voltar ao passado de uma forma segura gizando a sua ultrapassagem. Sem estes relevantes contributos da história, a filosofia seria um cego delírio, mas se o filósofo não souber ultrapassá-la arrisca-se a tornar o seu discurso um puro vazio.

Para os interessados, a título de informação, não queremos acabar sem referir a existência, entre nós, da Associação Internacional de Estudos Patrísticos (com sede em Paris) cujo Correspondente para Portugal é actualmente o Dr. Alves de Sousa (cf. J. G. Freire, in Theologica, 18: 1985, 703).

Mário A. Santiago de Carvalho

BAXTER, Timothy M.S. The Cratylus, Plato's critique of naming. Philosophia Antiqua 58. (Leiden - New York - Köln: E. J. Brill, 1992).

O leitor dos diálogos platónicos deve estar preparado para as mais diversas supresas num género literário único na história do pensamento ocidental. A esta diferença pertence o facto de o texto platónico não nos fornecer imediatamente teses platónicas. Daí que quando falamos, genericamente, de uma filosofia da linguagem no Crátilo não estamos já a pensar numa reconstrução de uma filosofia da linguagem caracteristicamente platónica mas antes numa etapa anterior que deveria procurar reconstruir com a máxima coerência possível os fragmentos teóricos analisáveis no texto em apreço. A atribuição a este ou àquele domínio disciplinar é questão a reapreciar posteriormente. Isto não impede que se coloque logo de início a questão de saber qual é o tema central do diálogo. A resposta a esta questão não é tão simples como pode parecer à primeira vista. Considerá-lo um dos primeiros documentos de uma filosofia da linguagem é demasiado vago para os amantes do rigor filológico. Indo à letra do texto buscar a resposta encontramos a orthotes ton onomaton como tema da discussão. As traduções oscilam entre a "justeza/correcção dos nomes" e "justeza/correcção das palavras". Se a tradução de onomaton por "palavra" é demasiado vaga, a tradução mais corrente ("nomes") parecer ser demasiado restritiva. De facto, se lermos com atenção a segunda parte do diálogo - aproximadamente dois terços da obra - encontramos uma série de análises tradicionalmente tidas como etimológicas de mais de cem palavras. Entre elas encontramos os nomes de entidades tão distintas como: deuses, heróis, figuras históricas, rios, colinas, etc; designações da divindade, homem, água, razão, opinião, verdade, prazer, alegria, desejo, necessidade, etc bem como toda uma série de palavras que designam actividades. Como sublinha E. Heitsch, se usarmos a terminologia da gramática tradicional que classifica as palavras de uma língua em nomes, pronomes, artigos, adjectivos, verbos, numerais, advérbios, conjunções, preposições e interjeições verificamos que destas dez categorias de palavras o Crátilo contempla apenas três: nomes, adjectivos ou verbos (Ernst Heitsch, "Platons Sprachphilosophie im Kratylos" in Hermes 113 (1985): 45). Se, pelo contrário, usarmos uma terminologia corrente na lógica contemporânea chegamos à conclusão que o texto platónico considera a questão da correcção/ exactidão apenas ao nível dos nomes e predicadores. O facto de optarmos pelo termo designação não contribui, por si só, para o esclarecimento da questão. Este passa pela interpretação e articulação das três partes do diálogo. Nesta tarefa uma das coisas mais difíceis é encontrar um lugar exacto para as etimologias que preenchem a segunda parte do Crátilo.

O texto de Timothy M. S. Baxter apresenta-se com a pretensão de oferecer uma interpretação global do Crátilo que integre como sua componente central a análise desenvolvida na segunda parte do diálogo. Isto constitui, de facto, mais do que uma boa desculpa para acrescentar mais um título à já numerosa bibliografia sobre este diálogo platónico. Muitos dos estudos mais recentes concentram a sua atenção na primeira e terceira parte ignorando as etimologias. Porém, os problemas não se reduzem à interpretação da segunda parte. Começam logo na delimitação do tema em análise, estatuto e lugar das teses em presença bem como no interesse do texto, na sua globalidade, como resposta às interrogações expressas pelos interlocutores. Não admira, portanto, que eminentes exegetas do texto platónico tenham avaliado o interesse e a qualidade deste diálogo das maneiras mais diversas. T. M. S. Baxter não pretende responder directamente a estes intérpretes mas apenas indirectamente apresentando uma interpretação do Crátilo que faça justiça a todos os elementos integrantes do texto e que seja, ao mesmo tempo, suficientemente interessante para levar o leitor moderno a ler o texto platónico todo. Se o consegue ou não e em que medida é algo que cada leitor de Baxter deverá responder. Adiantaremos, desde já, que o seu texto aponta no sentido de tornar a leitura do Crátilo a um tempo mais imperiosa e muito mais exigente.

No cap. 1, Baxter reconstrói as teorias de Crátilo e Hermógenes, esboçadas logo no início do diálogo platónico. Fica em aberto a questão de saber se se trata de uma teoria meramente descritiva ou prescritiva da linguagem. Em qualquer dos casos, parece tratarse de uma teoria geral da linguagem no sentido de que a reflexão a desenvolver se aplica a todas as línguas e não apenas ao grego (9). Sublinhando o facto de Hermógenes ser apresentado como alguém que gosta de discutir as mais diversas opiniões, Baxter atribuille um lugar mais central no diálogo do que muitas interpretações em função da fragilidade da perspectiva teórica que lhe é atribuida. A discussão entre Hermógenes e Crátilo permanece estéril porque a compreeensão da linguagem de que ambos partem não lhes permite explicar a possibilidade do erro, do uso incorrecto da linguagem, da

Recensões 223

inexactidão. Isto apesar dfe manterem posições diametralmente opostas; naturalismo e convencionalismo.

Relativamente ao problema de Crátilo - como conciliar o Crátilo do Crátilo com os vários testemunhos de Aristóteles sobre Crátilo - Baxter acolhe, no essencial, a sugestão de D. J. Allan. Platão e Aristóteles estariam a falar de diferentes etapas da vida de Crátilo. Supondo que este teria alterado as suas teses filosóficas em pontos nucleares terminando num cepticismo radical. Assim, o Crátilo da juventude seria do Met. A 6 e o de  $\Gamma$  5 o da velhice. Sendo assim, o Crátilo de Platão incluiria a dramatização de uma figura histórica com alguma importância na biografia platónica independentemente do facto de a relação mestre - discípulo ser aplicável ou não (27-29).

No cap. 2, Baxter reconstrói a teoria socrática no sentido de uma teoria prescritiva da linguagem. Neste sentido, as afirmações nela contidas não devem ser criticadas pelos simples facto de não descreverem o modo como a linguagem funciona numa ou várias línguas naturais. Trata-se, portanto, de reflectir sobre os fundamentos de uma teoria da linguagem filosoficamente aceitável. O que se procura é um modelo que possa permitir uma re-avaliação das línguas existentes, sob o ponto de vista filosófico. Baxter perguntase, neste contexto, pela razão que terá levado tantos leitores a ver no Crátilo um tratado sobre a origem da linguagem (42). Rejeitando a hipótese de Robinson - influência da leitura epicureana - por falta de testemunhos inequívocos nesse sentido, inclina-se mais para ideia de que é a própria posição assumida no diálogo pela figura titular que leva muitos leitores a essa interpretação. Nomear e expor as etimologias são dois aspectos fulcrais de um mesmo saber técnico, semelhante ao da medicina, baseado em princípios racionais (51). Por outro lado, Sócrates não pretende ter conseguido mais do que uma compreensão mais exacta das opiniões de Homero acerca dos nomes. Aqui, como sempre, a reserva perante a palavra escrita. Assumindo que o projecto do Crátilo pode ser adequadamente caracterizado como um ideal prescritivo Baxter interroga-se sobre a validade deste método reflectindo acerca de algumas objecções possíveis a uma teoria platónica da linguagem ideal (51-55).

A teoria prescritiva reconstruida no cap. 2 não passa de um esboço preliminar como se pode depreender de Crátilo 391a4-b2. Assim, a discussão etimológica dos nomes gregos pode ser lida como uma tentativa de aplicação daquele esboço. Partindo deste pressuposto, Baxter procura, no cap. 3, precisar melhor os contornos da teoria socrática contrastando as etimologias do Crátilo com a etimologia moderna (56-85). Um dos objectivos estratégicos deste capítulo é explicar o porquê da utilização de dois métodos diferentes para analisar as etimologias - o semântico e o mimético - bem como a possibilidade de os integrar num mesmo saber acerca da correcção dos nomes.

Actualmente a etimologia representa um domínio da linguística histórica e comparativa sendo praticamente ignorada ao nível da linguística geral. Os autores contemporâneos não se cansam de sublinhar o carácter "respeitável" das etimologias modernas em contraste com a arbitrariedade e fantasia que dominam as etimologias do Crátilo. De facto, Baxter reconhece que a etimologia moderna, ancorada na linguística diacrónica, não pode contribuir significativamente para iluminar o texto platónico (62). Contudo, não se furta à tarefa de interpretar a parte descritiva do diálogo. Não desconhece o facto de muitas das etimologias apresentadas no texto platónico parecerem ridículas ou arbitrárias ao leitor de hoje. Contudo, importa saber porque é que Platão lhe deu tanto relevo preservando mais de uma centena. Se, como alguns querem, Platão pretendia apenas ridicularizar ou parodiar pensadores anteriores ou contemporâneos seus seria interessante saber quem são os alvos da crítica platónica. Baxter reconhece que as várias tentativas de responder a estas questões não tem conseguido reunir um consenso mínimo em grande parte porque não temos textos antigos que possam fornecer uma base suficiente para a

prática da análise de etimologias nas épocas clássica e pré-clássica (86). Apoiando-se muito na obra de V. Goldschmidt, Baxter tenta encontrar a reyposta que lhe parece mais satisfatória para a leitura deste trecho difícil mantendo sempre aberta a linha de continuidade com a primeira e a terceira e última parte (86-106). Um dos resultados importantes da análise das etimologias é que elas são um instrumento pouco seguro na busca do saber acerca das coisas. O que está em causa, nesta interpretação, é a pressuposição impensada de muitos poetas e sábios, de Homero aos Sofistas, de que a linguagem - neste caso, a língua grega nas suas mais diversas configurações, diz, de facto, como é que as coisas realmente são.

Baxter não ignora a quantidade de problemas que se levantam neste contexto a começar pelos que se situam ao nível da composição do próprio texto do *Crátilo*. Por isso, no cap. 5, procura explorar algumas referências a possíveis alvos das etimologias (107-163). Seguindo a divisão das etimologias em três grandes grupos (nomes de divindades, nomes referentes ao domínio da *physis*, nomes que designam virtudes e vícios), depois de uma breve discussão do papel de Eutifron, Baxter analisa a função das etimologias em Homero e nos filósofos-poetas, nos seguidores de Anaxágoras e Diógenes sem esquecer os sofistas (Protágoras e Pródico). A hipótese de trabalho, como vimos, é que Platão pretende criticar vários representantes da cultura grega pelo facto de não terem compreendido correctamente a relação entre os nomes e as coisas designadas. Baxter tem consciência de não ter conseguido produzir uma prova concludente mas contribuiu, de certo, para tornar mais plausível a sua leitura. Finalmente, aborda no cap. 6, a refutação de Crátilo (164-183). Aqui interessa não tanto a discussão da aporia final, objecto de numerosos estudos quanto a articulação daquela com a análise das etimologias.

O estudo de T. Baxter não conseguirá convencer todos os leitores da justeza das suas sugestões de leitura. Mas poderá contribuir para estimular alguns leitores no sentido de uma leitura unificada do texto platónico e, last but not least, contribuir decisivamente para a generalização da convicção de que a leitura do Crátilo pode revelar-se relevante, sob o ponto de vista filosófico, para o leitor hodierno.

António Manuel Martins

HARDY, L. & EMBREE, L. (Eds), *Phenomenology of natural science*. Contributions to Phenomenology 12 (Dordrecht/Boston/London: Kluwer, 1992) XIV + 301 pp.

A publicação deste volume é considerada pelos seus editores como o sinal claro da emergência de uma tendência fenomenológica no seio da filosofia da ciência praticada nos E.U.A. na sub-disciplina da filosofia das ciências da natureza. De entre os que se destacaram neste movimento, merece especial referência A. Gurwitsch pelo trabalho pioneiro realizado nos anos 50. A título simbólico publica-se, neste volume, postumamente, um breve apontamento sobre Física e Fenomenologia (35-44) que constituiu o comentário de Gurwitsch a uma conferência homónima de Henry Margenau em 1943. Muitos dos trabalhos presentes neste volume colhem a sua inspiração no Husserl da maturidade muito particularmente na Crise das ciências europeias e fenomenologia transcendental. Um denominador comum a estes trabalhos é a procura de novas bases para repensar o realismo científico face aos dados mais recentes da investigação científica nos domínios da física e da biologia bem como aos desafios lançados pela nova filosofia da ciência.

Recensões 225

Lee Hardy, apresenta os traços gerais da concepção husserliana da estrutura básica do conhecimento científico em A Ideia de Ciência em Husserl e na Tradição (1-34). Aceitando a caracterização do projecto husserliano como uma epistemologia do tipo fundacionalista forte, L. Hardy rejeita as críticas correntes a este modelo de reflexão sobre o saber bem como a acusação de dogmatismo.

Na Crise das ciências europeias Husserl fala do mundo de vida como fonte primordial da intuição científica. Por outro lado, o mesmo Husserl tem alguma dificuldade em explicar satisfatoriamente o hiato entre a criação da matemática e a matematização da física, inaugurada por Galileu. Henry Davis, em Mundo de vida enquanto mundo construido (45-69), explora algumas vias alternativas de tornar fecunda a categoria de mundo construido para uma reflexão fenomenológica sobre a história da ciência. Reflexão que pode mesmo vir a colocar em questão a explicação husserliana da génese da física matemática.

Se H. Davis criticava a análise husserliana por excessivamente intelectualista, J. J. Drummond, em Matematização indirecta nas ciências físicas (71-92), aceita os dados fundamentais da análise husserliana na Crise. Partindo da caracterização da ciência galilaica como "matematização indirecta" das propriedades sensíveis dos objectos, Drummond distingue três etapas neste processo na física e considera os principais desafios lançados pela ciência contemporânea a esta tese husserliana e à epistemologia que lhe está subjacente. Porém, também Drummond está convencido de que se a concepção husserliana da ciência não puder prescindir, de todo, das noções de idealização e formalização, pluralidade definida, exactidão na predizibilidade bem como da tese da identidade reconhecida entre os modelos científicos e os resultados experimentais dificilmente poderá ser considerada adequada face aos desenvolvimentos científicos mais recentes. Contudo, Drummond conclui positivamente no sentido de que a obra de Husserl oferece outros recursos para reinterpretar os dados da ciência contemporânea.

Pierre Kerszberg continua ainda a explorar o mundo da Crise reflectindo sobre o ideal de exactidão característico do projecto husserliano ( Das essências exactas e inexactas na ciência física moderna, 93-118).

Charles W. Harvey e J. D. Shelton procuram estabelecer os laços entre a Fenomenologia de Husserl e a ontologia das ciências da natureza (119-133). Estamos perante um exercício analítico em que os autores pretendem mostrar as virtualidades do aparato conceptual husserliano designadamente no âmbito da lógica formal e transcendental para a determinação do "status ontológico" de objectos de uma teoria científica. Feitas as distinções pertinentes, trata-se de ir pedir à história da ciência exemplos em que as categorias husserlianas possam ser relevantes para decidir sobre o que realmente é e o que não é.

John C. McCarthy explora igualmente as virtualidades da mereologia husserliana bem como a sua doutrina da intuição categórica em *Husserl e a nova biologia* (135-156). Objectivo principal seria ver até que ponto se pode ir na reinterpretação da categoria de forma de modo a torná-la utilizável na compreensão da vida.

Os autores que colaboram neste volume adoptam, de um modo mais ou menos claro, uma posição próxima do realismo científico sem, contudo, entrarem no debate directo das questões polémicas que lhe estão associadas. Halley D. Sanchez procura uma saída para o impasse gerado pelas polémicas mais recentes entre realistas e anti- realistas. O texto Realismo crítico e o debate do realismo científico (157-171) supõe um conhecimento prévio das linhas gerais da querela e das alternativas mais conhecidas. Entre estas destacam-se o realismo interno de Putnam e a atitude ontológica natural (NOA) de A. Fine. Sanchez considera-as insatisfatórias na medida em que nenhuma delas preserva os aspectos positivos do realismo e do anti-realismo. Por isso, o "realismo crítico" aqui

defendido se apresenta mais como uma tentativa de tornar inteligíveis os dados essenciais da questão do que como uma terceira via face ao realismo e ao anti-realismo. Uma análise interessante embora sumária de uma das grandes querelas do pensamento contemporâneo.

O resto dos ensaios que integram este volume, da autoria de Langsdorf, Heelan, Creese e Kockelmans, representam a variante hermenêutica desta filosofia da ciência de raiz fenomenológica. Assim, Lenore Langsdorf pretende reinterpretar a filosofia da ciência de T. S. Kuhn como um textualismo partindo da teoria do texto de Ricoeur: Realismo e idealismo na explicação kulniana da ciência (173-195). Alguns dos problemas aqui levantados são cruciais e requerem um trabalho insano para se poder chegar um pouco mais longe. A simples proposta de Langsdorf de ler a "natureza" como "texto" e o "mundo" como o tema dos projectos dos cientistas/investigadores bem como a concomitante compreensão do mundo como fonte multívoca de sentido não pode ser entendida senão como a afirmação genérica de uma intenção programática.

Patrick A. Heelan analisa em *Um problema pós-moderno: a nova relevância do experimento* (197-213) as possibilidades de reintegrar a ciência e a tecnologia na grande Tradição do Ocidente recuperando a dimensão poiética e criativa.

Robert P. Creese continua na mesma área reflectindo sobre *O problema da experimentação* (215-235) procurando integrar elementos colhidos na leitura dos §§ 15-18 de *Ser e Tempo*. Explorando a analogia do teatro, Creese visa uma compreensão da experimentação como performance.

No último ensaio deste volume, Kockelmans faz uma análise sumária das teses centrais de Lakatos, Kuhn e Kurt Hübner e sua aplicação na história da ciência. O manancial de exemplos é, como sempre, a história da Física. Objectivo central deste ensaio e recolher alguns elementos que permitam delinear um esboço que possa contribuir *Para uma teoria hermenêutica da História da Ciências da Natureza* (237- 264). Neste contexto, adquirem particular relevo as questões da objectividade e historicidade da ciência.

O volume termina com uma bibliografia ordenada cronologicamente dos principais textos de "fenomenologia" no âmbito da filosofia das ciências da natureza (265-290).

António Manuel Martins

## BOLETIM DE ASSINATURA

ssinatura anual 1994 (IVA incluído): ortugalstrangeiro	
Desejo assinar os números relativos a 1994 da R de Coimbra (n.ºs 5 e 6) *	evista Filosófic
Nome	idearid is siz
Morada	
Código Postal	
Junto envio cheque n.º	, sobre
Banco	
na importância de\$(	
pagável à ordem de Revista Filosófica de Co	oimbra.
Data A	ssinatura
Enviar para: Fundação Eng. António de Almeida Rua Tenente Valadim, 331 P-4100 Porto	

<sup>\*</sup> Contacte a Fundação Eng. António de Almeida, se desejar adquirir números anteriores.

Execução gráfica da

## TIPOGRAFIA LOUSANENSE, LDA. em Março de 1994

Depósito legal n.º 51135/92 Tiragem: 1000 ex.